

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	13.929.028	13.190.858
1.01	Ativo Circulante	2.273.611	1.756.277
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.324.367	874.323
1.01.01.01	Caixas e Bancos	9.087	5.127
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.315.280	869.196
1.01.03	Contas a Receber	842.378	779.404
1.01.03.01	Clientes	842.378	779.404
1.01.04	Estoques	49.937	53.857
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.896	6.810
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.896	6.810
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	50.033	41.883
1.01.08.03	Outros	50.033	41.883
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	14.251	4.661
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.975	9.476
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	25.807	27.746
1.02	Ativo Não Circulante	11.655.417	11.434.581
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.356.237	3.224.909
1.02.01.04	Contas a Receber	27.894	20.199
1.02.01.04.01	Clientes	27.894	20.199
1.02.01.07	Tributos Diferidos	664.652	656.495
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	664.652	656.495
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.663.691	2.548.215
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	57.212	56.953
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	354.034	320.475
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	524.477	490.082
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	1.682.534	1.634.802
1.02.01.10.09	Outros Créditos	45.434	45.903
1.02.02	Investimentos	2.018	2.352
1.02.02.01	Participações Societárias	2.018	2.352
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.018	2.352
1.02.03	Imobilizado	276.765	286.007
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	221.832	224.351
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	54.933	61.656
1.02.04	Intangível	8.020.397	7.921.313
1.02.04.01	Intangíveis	8.020.397	7.921.313
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.834.908	7.734.663
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	185.489	186.650

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	13.929.028	13.190.858
2.01	Passivo Circulante	1.422.797	1.448.859
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	134.866	181.369
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	134.866	181.369
2.01.02	Fornecedores	173.164	209.428
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	173.164	209.428
2.01.03	Obrigações Fiscais	98.916	72.691
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	96.177	70.190
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	55.345	0
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	40.832	70.190
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.739	2.501
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	510.501	521.505
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	262.423	275.978
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	262.423	275.978
2.01.04.02	Debêntures	195.586	191.146
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	52.492	54.381
2.01.05	Outras Obrigações	314.500	298.226
2.01.05.02	Outros	314.500	298.226
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	208.864	206.236
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.708	2.307
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.850	4.200
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.234	8.184
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	90.844	77.299
2.01.06	Provisões	190.850	165.640
2.01.06.02	Outras Provisões	190.850	165.640
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	79.071	78.090
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	111.779	87.550
2.02	Passivo Não Circulante	5.316.578	4.798.836
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.591.020	3.126.083
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.439.352	1.450.794
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.430.234	1.442.160
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.118	8.634
2.02.01.02	Debêntures	1.854.467	1.371.619
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	297.201	303.670
2.02.02	Outras Obrigações	26.229	34.814
2.02.02.02	Outros	26.229	34.814
2.02.02.02.04	Empreiteiros e Fornecedores	4.392	4.392
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições	5	105
2.02.02.02.09	Receitas a Apropriar	0	700
2.02.02.02.11	Outras Contas a Pagar	21.832	29.617
2.02.04	Provisões	1.699.329	1.637.939
2.02.04.02	Outras Provisões	1.699.329	1.637.939
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.106.998	1.093.262
2.02.04.02.05	Provisões	592.331	544.677
2.03	Patrimônio Líquido	7.189.653	6.943.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.01	Capital Social Realizado	3.996.137	3.996.137
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	3.996.137	3.996.137
2.03.03	Reservas de Reavaliação	63.033	64.292
2.03.03.01	Ativos Próprio	63.033	64.292
2.03.04	Reservas de Lucros	2.853.580	2.853.580
2.03.04.01	Reserva Legal	49.757	49.757
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.539	11.539
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	60.083	60.083
2.03.04.10	Plano de Investimentos	2.732.201	2.732.201
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	247.788	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.629	4.668
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	24.486	24.486

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.226.476	1.246.136
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-480.777	-461.545
3.03	Resultado Bruto	745.699	784.591
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-317.337	-350.543
3.04.01	Despesas com Vendas	-94.252	-95.715
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-142.209	-157.209
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-80.431	-96.374
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-47.654	-20.258
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14.717	-16.707
3.04.05.04	Programa de Participação nos Resultados	-17.377	-25.371
3.04.05.05	Outras Despesas (Receitas) Operacionais	-683	-34.038
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-445	-1.245
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	428.362	434.048
3.06	Resultado Financeiro	-55.344	-52.787
3.06.01	Receitas Financeiras	15.600	15.119
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.944	-67.906
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	373.018	381.261
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-126.528	-125.236
3.08.01	Corrente	-134.685	-155.401
3.08.02	Diferido	8.157	30.165
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	246.490	256.025
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	246.490	256.025
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,16821	0,17471
3.99.01.02	ON	0,15291	0,15883
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,16821	0,17471
3.99.02.02	ON	0,15291	0,15883

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	246.490	256.025
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.298	-1.404
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.908	-2.046
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	649	695
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-59	-81
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	20	28
4.03	Resultado Abrangente do Período	245.192	254.621

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	344.271	426.014
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	484.514	433.582
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	246.490	256.025
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	94.376	86.895
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	1.046	3.082
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-583	-850
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	-5.101	6.968
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	17.583	11.627
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	-8.157	-30.165
6.01.01.09	Provisão para Contingências	47.654	20.258
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	14.717	16.707
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	50.748	47.787
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	15.909	4.735
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamento	8.200	8.757
6.01.01.14	Variações Cambiais, líquidas	466	538
6.01.01.15	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	-449	-520
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	445	1.245
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	872	189
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	298	304
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-140.243	-7.568
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-88.252	6.022
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-86	-3
6.01.02.03	Estoques	3.920	3.368
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-33.559	18.987
6.01.02.05	Outros Créditos e Contas a Receber	2.408	947
6.01.02.06	Empreiteiros e Fornecedores	-36.264	-28.214
6.01.02.07	Contratos de Concessão	0	-31.414
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	107.330	117.817
6.01.02.09	Salários e Encargos a Pagar	-22.274	30.122
6.01.02.10	Cauções e Retenções Contratuais	401	-104
6.01.02.11	Receitas a Apropriar	-1.050	-1.050
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-78.577	-121.528
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	5.760	-2.518
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-258.813	-212.588
6.02.01	Aplicação no Imobilizado e Intangível	-258.850	-211.439
6.02.02	Aplicação no Investimento	37	-1.149
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	364.586	302.156
6.03.01	Financiamentos Obtidos	563.606	418.826
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-106.839	-49.308
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-49.955	-37.494
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-19.861	-19.121
6.03.05	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-12.516	-9.290
6.03.06	Depósitos Vinculados	-9.849	-1.457
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	450.044	515.582
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	874.323	274.059

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.324.367	789.641

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.996.137	0	2.853.580	0	93.446	6.943.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.996.137	0	2.853.580	0	93.446	6.943.163
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	247.788	-1.298	246.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.490	0	246.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.298	-1.298	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Realização	0	0	0	1.908	-1.908	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Realização	0	0	0	-649	649	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	59	-59	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-20	20	0
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	2.853.580	247.788	92.148	7.189.653

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.851.089	0	3.306.767	0	16.058	6.173.914
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.851.089	0	3.306.767	0	16.058	6.173.914
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.145.048	0	0	0	0	1.145.048
5.04.01	Aumentos de Capital	1.145.048	0	0	0	0	1.145.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	257.429	-1.404	256.025
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	256.025	0	256.025
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.404	-1.404	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	2.046	-2.046	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-695	695	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	81	-81	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-28	28	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.145.048	0	0	-1.145.048
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	-336.909	0	0	-336.909
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	-808.139	0	0	-808.139
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	2.161.719	257.429	14.654	6.429.939

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	1.300.195	1.296.123
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.318.461	1.341.788
7.01.02	Outras Receitas	-683	-34.038
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.583	-11.627
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-405.036	-386.621
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-148.391	-142.953
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-202.214	-201.644
7.02.04	Outros	-54.431	-42.024
7.03	Valor Adicionado Bruto	895.159	909.502
7.04	Retenções	-94.376	-86.895
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-94.376	-86.895
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	800.783	822.607
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.155	13.874
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-445	-1.245
7.06.02	Receitas Financeiras	15.600	15.119
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	815.938	836.481
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	815.938	836.481
7.08.01	Pessoal	235.110	247.370
7.08.01.01	Remuneração Direta	157.892	164.946
7.08.01.02	Benefícios	66.132	71.288
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.086	11.136
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	261.704	264.133
7.08.02.01	Federais	258.835	261.378
7.08.02.02	Estaduais	314	425
7.08.02.03	Municipais	2.555	2.330
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.634	68.953
7.08.03.01	Juros	70.944	67.906
7.08.03.02	Aluguéis	1.690	1.047
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	246.490	256.025
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	246.490	256.025

Comentário do Desempenho

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 31 de março de 2021:

Contratos (% da Receita Total)*					Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remanescente de concessão	Tipo de Contrato	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Coleta de Esgoto
Curitiba	21,1%	27,5 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	96,4%	831,3	801,6
Londrina	7,3%	25,5 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	96,0%	256,6	243,3
Maringá	5,2%	19,7 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	100,0%	168,0	186,3
Ponta Grossa	3,7%	5,3 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	91,6%	150,7	136,6
Cascavel	3,6%	3,9 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	100,0%	129,7	136,4
Foz do Iguaçu	3,5%	23,2 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	79,8%	116,1	93,9
São José dos Pinhais	2,8%	23,0 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	76,9%	117,4	91,4
Colombo	1,8%	27,3 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	66,4%	86,3	58,4
Guarapuava	1,7%	21,8 anos	Programa	Água e Esgoto	100%	85,5%	67,3	56,2
Toledo	1,5%	4,7 anos	Concessão	Água e Esgoto	100%	82,3%	60,2	47,8
Demais Municípios	47,8%						2.104,1	1.262,9
Totais					100,0%	76,9%	4.087,7	3.114,8

Contratos Concessão/Programa*	Quantidade de Contratos*	% da Receita Total*
Vencidos	10	4,0
Vencimento entre 2021 e 2029	53	12,2
Vencimento após 2029	283	83,8
Totais	346	100,0

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e o índice de atendimento com rede coletora de esgoto – IARCE Urbano é de 76,9%, sendo tratado 100% do esgoto coletado, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes em 31 de março de 2021.

O número de ligações de água em março de 2021 é 2,7% superior ao número de ligações existentes em março de 2020, representando um incremento de 85.300 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	MAR/21 (1)	%	MAR/20 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	2.994.308	90,9	2.913.969	90,8	2,8
Comercial	235.319	7,1	230.957	7,2	1,9
Industrial	13.349	0,4	13.115	0,4	1,8
Utilidade Pública	23.885	0,7	23.855	0,7	0,1
Poder Público	26.799	0,9	26.464	0,9	1,3
Totais	3.293.660	100,0	3.208.360	100,0	2,7

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

O número de ligações de esgoto em março de 2021 é 3,7% superior ao número de ligações existentes em março de 2020, representando acréscimo de 82.491 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	MAR/21 (1)	%	MAR/20 (2)	%	Var.% (1/2)
Residencial	2.105.282	90,5	2.028.130	90,4	3,8
Comercial	185.810	8,0	181.408	8,1	2,4
Industrial	5.942	0,3	5.489	0,2	8,3
Utilidade Pública	15.522	0,7	15.337	0,7	1,2
Poder Público	14.655	0,5	14.356	0,6	2,1
Totais	2.327.211	100,0	2.244.720	100,0	3,7

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

1.2 PRODUTIVIDADE

No 1T21, o volume medido de água tratada foi de 130,4 milhões de m³ contra 132,8 milhões de m³ no 1T20, representando uma redução de 1,8%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m ³ *	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	112,9	113,0	-0,1
Comercial	9,8	10,7	-8,4
Industrial	3,4	3,2	6,2
Utilidade Pública	0,9	1,3	-30,8
Poder Público	3,4	4,6	-26,1
Totais	130,4	132,8	-1,8

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

No 1T21 o volume faturado de água tratada foi de 130,4 milhões de m³, contra 137,5 milhões de m³ no 1T20, representando uma redução de 5,2%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m ³ *	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	112,9	116,7	-3,3
Comercial	9,8	11,5	-14,8
Industrial	3,4	3,5	-2,9
Utilidade Pública	0,9	1,1	-18,2
Poder Público	3,4	4,7	-27,7
Totais	130,4	137,5	-5,2

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 1T21 apresentou uma redução de 5,1% em comparação ao 1T20, conforme demonstrado a seguir:

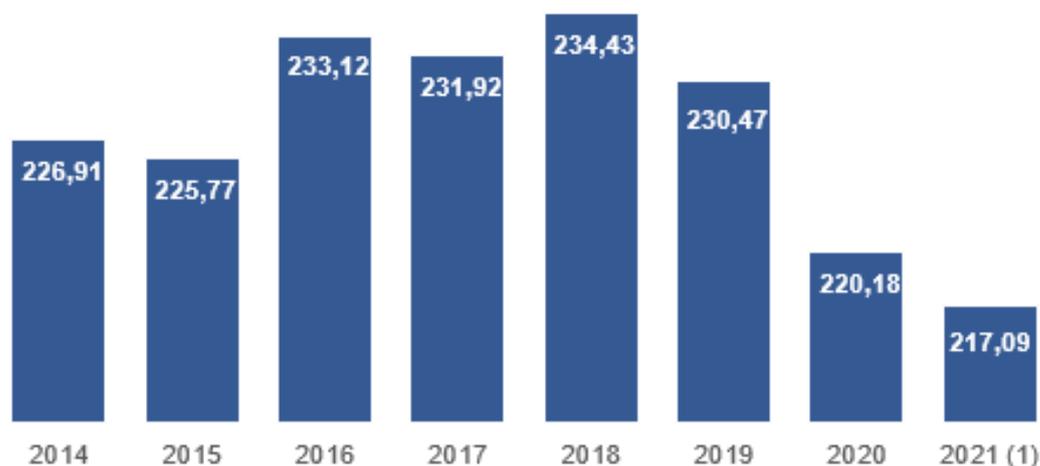
Volume Faturado de Esgoto - milhões de m ³ *	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	85,5	88,0	-2,8
Comercial	8,8	10,5	-16,2
Industrial	0,8	0,8	0,0
Utilidade Pública	0,8	0,9	-11,1
Poder Público	2,6	3,6	-27,8
Totais	98,5	103,8	-5,1

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO *

Litros/Ligação/Dia



* Informação não revisada pelos auditores independentes.

(1) Valores acumulados de janeiro a março de 2021.

Água*	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. (1/2)	1T19 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.109.337	4.020.347	2,2 %	3.940.589	2,0 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	168	0,0 %
Nº de poços	1.260	1.140	10,5 %	1.112	2,5 %
Nº de captações de superfície	233	231	-0,9 %	229	0,9 %
Km de rede assentada	57.979	55.679	4,1 %	54.373	2,4 %
Volume Produzido (m³)	185.456.414	201.547.763	-8,0 %	196.146.701	2,8 %
Índice de Perdas:					
No sistema distribuidor - %	32,53	34,09	-1,56 p.p.	32,58	1,51 p.p.
No faturamento - %	29,69	31,79	-2,10 p.p.	30,11	1,68 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	3,59	3,56	0,03 p.p.	2,51	1,05 p.p.

Esgoto*	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. (1/2)	1T19 (3)	Var. % (3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.141.932	3.039.584	3,4 %	2.918.825	4,1 %
Nº de estações de tratamento	257	251	2,4 %	247	1,6 %
Km de rede assentada	38.985	37.157	4,9 %	36.208	2,6 %
Volume coletado em m³	93.543.997	99.718.064	-6,2 %	97.469.780	2,3 %

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

CRISE HÍDRICA E VOLUMES DISPONÍVEIS

Em 07/05/2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 4.626, reconhecendo a situação de emergência hídrica no Estado do Paraná, pelo prazo de 180 dias.

Devido ao baixo volume de reservação e escassez de chuva, a Companhia está praticando como ação mitigadora, rodízio no abastecimento de água. Desde o dia 15 de março de 2021, graças a elevação do nível das quatro barragens que compõe o Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba e Região Metropolitana – SAIC, fruto da economia da população, dentro do Programa META20 e às ações da Companhia, foi possível implementar um novo modelo de rodízio em Curitiba e Região Metropolitana de 60 horas de fornecimento e 36 horas de suspensão, que será mantido enquanto o nível de reservação se mantenha acima de 50%, e caso volte a cair ao nível de 50%, poderá ser retomado o modelo de rodízio anterior, de 36 horas por 36 horas.

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. No fechamento do trimestre, o volume médio de reservação, estava em 60,8%.



2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Receita de Água	806,1	810,2	-0,5
Receita de Esgoto	469,0	483,3	-3,0
Receita de Serviços	26,8	33,7	-20,5
Receita de Resíduos Sólidos	3,0	3,2	-6,3
Serviços Prestados aos Municípios	5,1	4,9	4,1
Doações Efetuadas por Clientes	7,2	5,3	35,8
Outras Receitas	1,3	1,2	8,3
Total Receita Operacional	1.318,5	1.341,8	-1,7
COFINS	-75,6	-78,6	-3,8
PASEP	-16,4	-17,1	-4,1
Totais das Deduções	-92,0	-95,7	-3,9
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.226,5	1.246,1	-1,6

A receita operacional líquida reduziu 1,6%, passando de R\$1.246,1 milhões no 1T20 para R\$1.226,5 milhões no 1T21, esta redução é decorrente da diminuição dos volumes faturados de água e esgoto, resultante da situação de emergência hídrica que vigora no Estado do Paraná que demandou ações mitigadoras devido ao baixo volume de reservação e escassez de chuva.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais R\$ milhões	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Pessoal	-257,0	-261,2	-1,6
Materiais	-53,5	-56,2	-4,8
Energia Elétrica	-121,5	-120,0	1,3
Serviços de Terceiros	-157,7	-154,0	2,4
Depreciações e Amortizações	-94,4	-86,9	8,6
Perdas na Realização de Créditos	-17,6	-11,6	51,7
Valor Realizável Líquido de Estoque	1,7	-0,9	-288,9
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Amb.	-15,4	-17,7	-13,0
Taxa de Regulação	-6,4	-6,3	1,6
Indenizações por Danos a Terceiros	-1,8	-2,2	-18,2
Despesas Capitalizadas	21,6	17,9	20,7
Provisões para Contingências	-47,7	-20,3	135,0
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14,7	-16,7	-12,0
Programa de Participação nos Resultados	-17,4	-25,4	-31,5
Perdas Eventuais ou Extraordinárias	0,0	-37,1	-100,0
Multas Ambientais	0,0	0,0	0,0
Baixas de Ativos, líquidas	-0,3	3,4	-108,8
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	-0,3	-0,3	0,0
Resultado Equivalência Patrimonial	-0,4	-1,2	-66,7
Outros Custos e Despesas	-15,4	-15,4	0,0
Totais	-798,2	-812,1	-1,7

Os custos e despesas operacionais no 1T21 tiveram uma redução de 1,7% em relação ao 1T20.

As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal

Redução de 1,6%, em função, da diminuição de 8,9% do número de empregados (de 6.971 para 6.350 empregados em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, respectivamente), em consequência do Programa de Aposentadoria Incentiva – PAI, refletindo em todas as verbas salariais, superando os impactos decorrentes dos reajustes salariais de 3,92% e 6,22% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2020/2021 (data base março de 2020 e 2021) e o reajuste de 7,64% do SANESAÚDE em junho de 2020.

Materiais

Redução de 4,8%, principalmente, em material de expediente, uso e consumo, material de limpeza e higiene, material de manutenção eletromecânica, material de tratamento, material de corte e religação, combustíveis e lubrificantes e material de segurança e proteção.

Energia Elétrica

Aumento de 1,3% decorrente, principalmente da redução de 3% no subsídio aplicado nas unidades consumidoras que usufruíam do desconto para saneamento e pela alteração da bandeira tarifária praticada pela COPEL de “verde” em março de 2020 para “Amarela” em março de 2021, além do reflexo tarifário médio de 0,41% aplicado desde 24/06/2020.

Serviços de Terceiros

Crescimento de 2,4% principalmente, em serviços técnicos profissionais, serviços de vigilância, serviços de cadastro e faturamento, serviços de manutenção eletromecânica, serviços técnicos operacionais e serviço de remoção de resíduos de esgoto.

Depreciações e Amortizações

Acréscimo de 8,6%, principalmente pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de abril de 2020 a março de 2021, no montante de R\$1.007,2 milhões (líquido das baixas).

Comentário do Desempenho

Perdas na Realização de Créditos

Acréscimo de 51,7%, influenciado principalmente pelo crescimento das provisões de perdas das contas a receber de clientes particulares no montante de R\$17,3 milhões e também pela contabilização do montante de R\$0,7 milhão referente a estimativa de perdas esperadas sobre créditos, conforme estudos sobre a queda na arrecadação provocada pelo cenário econômico atual, provocado pela Pandemia devido ao COVID-19.

Provisões para Contingências

Crescimento de 135,0%, principalmente pelo reconhecimento como perda provável de Ação Civil Pública no valor de R\$11,7 milhões, decorrente de indenização por acidente de trânsito em dezembro de 2003, além da reclassificação para perda provável de Ação Ambiental perante ao IBAMA, em que é discutido o lançamento de resíduos de esgoto sem tratamento em rios, no valor de R\$26,3 milhões.

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro - R\$ milhões	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Receitas Financeiras			
Aplicações Financeiras	4,7	4,9	-4,1
Variações Monetárias Ativas	5,1	4,0	27,5
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	0,5	0,5	0,0
Outras Receitas Financeiras	5,3	5,7	-7,0
Totais das Receitas Financeiras	15,6	15,1	3,3
Despesas Financeiras			
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	-54,2	-51,0	6,3
Variações Monetárias Passivas	-15,9	-4,7	238,3
Variações Cambiais Passivas	-0,5	-0,5	0,0
Outras Despesas Financeiras	-0,3	-11,7	-97,4
Totais das Despesas Financeiras	-70,9	-67,9	4,4
Resultado Financeiro	-55,3	-52,8	4,7

O resultado financeiro variou negativamente em 4,7% passando de -R\$52,8 milhões no 1T20 para -R\$55,3 milhões no 1T21, decorrente do crescimento das despesas financeiras em 4,4%, principalmente em despesas com juros e taxas de financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamentos, passando de R\$ 51,0 milhões para R\$ 54,2 milhões no 1T20 e 1T21, respectivamente e em variações monetárias de empréstimos e financiamentos, passando de despesa de R\$ 4,7 milhões no 1T20 para despesa de R\$ 15,9 milhões no 1T21 decorrente do crescimento do IPCA em comparação ao mesmo período de 2020.

Resultado Econômico - R\$ milhões	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Resultado Operacional	428,3	434,0	-1,3
Resultado Financeiro	-55,3	-52,8	4,7
Tributos sobre o Lucro	-126,5	-125,2	1,0
Lucro Líquido	246,5	256,0	-3,7

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$246,5 milhões no 1T21, 3,7% abaixo do resultado líquido de R\$256,0 milhões registrado no 1T20. O resultado foi impactado, principalmente, pela redução de 1,6% da receita operacional líquida.

Comentário do Desempenho

A seguir apresentamos a reclassificação do resultado do 1T21 excluindo os itens não recorrentes:

Itens não Recorrentes - R\$ milhões *	1T21	1T20
Lucro Líquido	246,5	256,0
Despesas de AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais devido alteração vida útil de bens	-	11,1
Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Consórcio DM/LFM/SEF	-	15,2
Efeitos Tributários	-	-8,9
Lucro Líquido ajustado aos itens não recorrentes	246,5	273,4
% Margem Líquida de itens não recorrentes	20,1	21,9
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	522,7	547,2
% Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	42,6	43,9

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R\$ milhões	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Remuneração de Pessoal	235,1	247,4	-5,0
Remuneração a Governos (Tributos)	261,7	264,1	-0,9
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	1,7	1,1	54,5
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	70,9	67,9	4,4
Lucro Líquido do Período não distribuído	246,5	256,0	-3,7
Total da Riqueza Econômica	815,9	836,5	-2,5

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar num mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e principalmente atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas para atendimento da demanda futura.

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Receita Operacional Líquida	1.226,5	1.246,1	-1,6 %
Lucro Operacional	428,3	434,0	-1,3 %
Lucro Líquido	246,5	256,0	-3,7 %
% Margem Operacional	28,3	28,4	-0,1 p.p.
% Margem Líquida	20,1	20,5	-0,4 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	3,5	4,1	-0,6 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	1,4	1,3	0,1 p.p.

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes.

No encerramento do 1T21, os ativos totais da Companhia atingiram R\$13.929,1 milhões (R\$13.190,9 milhões em 31/12/2020), enquanto as dívidas totais ao final do 1T21 eram de R\$6.739,4 milhões (R\$6.247,7 milhões em 31/12/2020).

Do montante da dívida total, R\$4.101,5 milhões (R\$3.647,6 milhões em 31/12/2020) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando acréscimo de 12,4% em relação ao final do exercício de 2020.

	Referência	MAR/21	DEZ/20	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	7.189,6	6.943,2	3,5 %
Valor Patrimonial da Ação	R\$	4,76	4,59	3,7 %
Grau de Endividamento *	%	48,4	47,4	1,0 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	1,60	1,21	32,2 %
Liquidez Seca *	R\$	1,56	1,17	33,3 %

* Informação não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 1T21, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$522,7 milhões, contra R\$520,9 milhões no 1T20. A margem EBITDA passou de 41,8% para 42,6%. Esse aumento do desempenho ocorreu pela redução de 3,0% dos custos e despesas que impactam o EBITDA, considerando a redução de 1,6% da receita líquida.

A geração de caixa operacional no 1T21 foi de R\$522,7 milhões, aumento de 0,3% em relação ao 1T20. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 65,8%.

EBITDA - R\$ milhões *	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Lucro Líquido do Período	246,5	256,0	-3,7
(+) Tributos sobre o Lucro	126,5	125,2	1,0
(+) Resultado Financeiro	55,3	52,8	4,7
(+) Depreciações e Amortizações	94,4	86,9	8,6
EBITDA	522,7	520,9	0,3
% Margem EBITDA	42,6	41,8	0,8 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	65,8	81,8	-16,0 p.p.

* Instrução CVM nº 527/12 - Informação não revisada pelos auditores independentes.

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 1T21 foram de R\$258,8 milhões (R\$211,4 milhões no 1T20), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	1T21 (1)	1T20 (2)	Var. % (1/2)
Água	114,4	101,7	12,5
Esgoto	109,5	90,3	21,3
Outros Investimentos	34,9	19,4	79,9
Totais	258,8	211,4	22,4

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R\$3.647,6 milhões em dezembro de 2020 para R\$4.101,5 milhões em março de 2021, representando um crescimento de R\$453,9 milhões. A dívida líquida passou de R\$2.773,3 milhões em dezembro de 2020 para R\$2.777,1 milhões em março de 2021. Neste trimestre houve captação de R\$500 milhões referente à 11ª Emissão de Debêntures.

O índice de alavancagem, medido pela relação "Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)" passou de 1,3x no 1T20 para 1,4x no 1T21.

O grau de endividamento ficou em 48,4% no fechamento do 1T21 (48,8% no 1T20).

Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 31 de março de 2021:

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/07/2042	1.167,6	28,5
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	362,8	8,8
BNDES - PAC2	TJPL + 1,67% e 2,05%	-	15/07/2029	300,3	7,3
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	276,0	6,7
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	203,8	5,0
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	11/06/2024	200,3	4,9
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	13/06/2022	165,8	4,0
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	158,2	3,9
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	21/06/2023	155,8	3,8
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	151,7	3,7
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	151,5	3,7
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	13/03/2026	126,9	3,1
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	106,50% do DI	-	21/06/2021	95,5	2,3
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	89,3	2,2
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	15/09/2024	84,5	2,1
Arrendamento Direito de Uso	5,97%	-	28/02/2026	73,7	1,8
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	15/11/2038	70,5	1,7
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	57,2	1,4
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	15/11/2038	45,7	1,1
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	42,9	1,1
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	32,3	0,8
BNDES - AVANÇAR	3,56% a 3,96%	IPCA	15/06/2040	25,9	0,6
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	21,1	0,5
BNDES	TJLP + 1,82%	-	15/01/2023	14,1	0,3
Banco Itaú PSI	3,0% a 6,0%	-	15/01/2025	10,7	0,3
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	9,2	0,2
Banco do Brasil - PSI	3,0% a 6,0%	-	15/04/2024	8,2	0,2
Totais				4.101,5	100,0

* IPCA como componente variável da TLP

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R\$ milhões	Saldo Devedor	%
12 meses	510,5	12,4
24 meses	275,6	6,7
36 meses	387,6	9,5
60 meses	589,8	14,4
Acima de 60 meses	2.338,0	57,0
Totais	4.101,5	100,0

Comentário do Desempenho

3. REGULAÇÃO

Reajuste Tarifário 2020

Em 29/12/2020, na Reunião Ordinária nº 029/2020 a AGEPAR decidiu pela aprovação parcial do pedido de reajuste da Sanepar para o ano de 2020, sendo aprovado o índice de 5,11%, aplicado a partir de 05 de fevereiro de 2021, conforme Resolução nº 040/2020. O cálculo realizado pela AGEPAR considerou a suspensão provisória da 4ª parcela do diferimento tarifário, oriundo da RTP 2017, e a substituição na cesta de índices do IGP-M pelo IPCA.

A Agência definiu ainda, que as compensações pelo atraso na concessão do reajuste tarifário, no período compreendido entre maio de 2020 e fevereiro de 2021, deveriam ser consideradas na 2ª RTP.

Em 25/01/2021 a Companhia protocolou pedido junto à AGEPAR visando a compensação dos valores oriundos da substituição do IGP-M pelo IPCA, a Agência, por sua vez, aceitou o pedido da Sanepar e realizou a compensação dos valores no cálculo da 1ª fase da 2ª RTP, bem como incluiu a compensação decorrente do atraso na concessão do IRT 2020 (Maio de 2020 para Fevereiro de 2021).

Conta de variação da Parcela A (CVA)

A conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela "A" corresponde à compensação da soma das diferenças mensais, positivas ou negativas, calculadas em função das variações dos custos de energia elétrica, produtos químicos e encargos setoriais, corrigidos pelo IPCA.

A CVA é determinada a partir do custo histórico verificado no período t-1 para os três componentes supracitados e repassadas via reajustes no período t. No entanto, a formulação básica do reajuste tarifário, não garante o repasse (*pass through*) perfeito dos custos não gerenciáveis para o consumidor, uma vez que não considera, por exemplo, a diferença entre o mercado de referência e o mercado de aplicação.

Como o cálculo do reajuste tarifário pressupõe que no período seguinte ocorrerá exatamente o mesmo volume (m³) verificado no cálculo do reajuste, ao final do período t o saldo da CVA seria zero.

No acumulado até março de 2021 a CVA da Companhia apurou de forma gerencial um saldo positivo de R\$ 5,4 milhões, que a Sanepar deverá recuperar, via tarifa.

A Companhia está divulgando o EBITDA Ajustado com os itens não gerenciáveis como métrica para analisar os impactos da compensação dos itens da parcela "A" (energia elétrica, material de tratamento, taxas e encargos) do modelo tarifário.

O EBITDA ajustado com os itens não gerenciáveis é uma medição não contábil e não deve ser considerado isoladamente como um indicador operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou capacidade da dívida da Companhia.

A seguir apresentamos o cálculo do EBITDA Ajustado partindo do EBITDA, que segue a ICVM 527/12, considerando os valores estimados dos itens não gerenciáveis, acumulados até 31 de março de 2021:

EBITDA - R\$ milhões *	1T21
EBITDA	522,7
(+) Itens não gerenciáveis	5,4
Energia Elétrica	6,6
Material de Tratamento	4,8
Taxas e Encargos	(6,0)
(=) EBITDA ajustado com itens não gerenciáveis	528,1
% Margem EBITDA Ajustada de itens não gerenciáveis	43,1

* Informação não revisada pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

1ª Fase da 2ª RTP e o Diferimento 1ª RTP

Em 04/01/2021 a AGEPAR promoveu a abertura da Consulta Pública nº 001/2021, referente à 1ª fase da 2ª RTP – Revisão Tarifária Periódica e submeteu 09 (nove) Notas Técnicas para contribuições até 17/02/2021. Em 31/03/2021, a Agência realizou a Audiência Pública nº 001/2021, para debater as Notas Técnicas já atualizadas após as contribuições da Consulta Pública. Em 14/04/2021 o Conselho Diretor da AGEPAR, na Reunião Extraordinária nº 012/2021, decidiu pela aprovação do novo reposicionamento tarifário de 5,7701%, resultado da 1ª fase da 2ª RTP. A tarifa reposicionada entrará em vigor 30 dias após sua homologação.

Ainda, na 1ª fase da 2ª RTP, a AGEPAR atualizou a regra de cálculo em relação a amortização da parcela do diferimento oriundo da 1ª RTP. No cálculo proposto o saldo devedor do diferimento foi estimado a partir do saldo apurado das diferenças entre a Receita Requerida e a Receita Verificada projetado até maio/2021 e resultou no valor de R\$ 1.708,8 bilhão, este valor foi integrado à tarifa por meio de uma parcela de compensação de valor fixo ao longo do ciclo tarifário (2021 – 2024) de R\$ 0,459 por m³, calculada a partir da igualdade de um fluxo de caixa descontado pelo WACC regulatório.

O diferimento é oriundo da 1ª RTP da Sanepar, ocasião em que a Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), por meio da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63% a partir de 17 de abril de 2017, conforme previsto no artigo 3º:

“Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito vírgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois vírgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução”.

Em relação aos registros contábeis, em analogia à Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) o efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões.

4. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

A Companhia divulgou os impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na Nota Explicativa 31 das Demonstrações Contábeis Intermediárias do 1º Trimestre de 2021.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, 10 (2,9%) contratos estão vencidos, 53 (15,3%) vencem de 2021 a 2029 e 283 (81,8%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2029. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na Nota Explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

As Informações Contábeis Intermediárias foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2021.

2.2. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na Nota Explicativa 31. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Informações Contábeis Intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2021 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

No trimestre findo em 31 de março de 2021, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias da adoção destas normas:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 – Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um

Notas Explicativas

contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2: Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de março de 2021 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte, exceto na vigência da Lei Estadual nº 20.187 decorrente da pandemia. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Notas Explicativas

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$5.460 e R\$10.919 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	1.388	(1.388)	2.777	(2.777)
Ativos		1.388	(1.388)	2.777	(2.777)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI	(263)	263	(526)	526
BNDES	TJLP	(45)	45	(90)	90
BNDES-PAC2	TJLP	(565)	565	(1.130)	1.130
BNDES-AVANÇAR	IPCA	(100)	100	(200)	200
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(275)	275	(550)	550
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(487)	487	(974)	974
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(413)	413	(826)	826
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(551)	551	(1.102)	1.102
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(713)	713	(1.426)	1.426
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(332)	332	(664)	664
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(454)	454	(908)	908
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(2.238)	2.238	(4.476)	4.476
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(29)	29	(58)	58
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Séries	IPCA	(152)	152	(304)	304
Arrendamento Direito de Uso	DI	(231)	231	(462)	462
Passivos		(6.848)	6.848	(13.696)	13.696
Efeitos no Lucro antes da tributação		(5.460)	5.460	(10.919)	10.919

Os índices considerados para o período de 12 meses foram, TR de 0,00% e a TJLP de 4,70% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 6,10% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 2,21% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 6,99% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é redução de 4,3407% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para o fim do segundo trimestre de 2021, em relação a taxa PTAX informada na data de 31/03/2021.

Considerando o valor nocional de €1.486 mil (R\$9.940 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R\$6,6915 para 31 de março de 2021 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,1745 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,6973, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (redução de 4,3407%)	431	(2.485)	2.485	(4.970)	4.970

Notas Explicativas

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esse contrato, mensurando o mesmo ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 31 de março de 2021 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap

Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocial EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	Itaú BBA	09/08/2019	26/12/2022	6	40	26	14
2	Itaú BBA	04/09/2019	26/12/2022	64	432	296	136
3	Itaú BBA	04/10/2019	26/12/2022	12	79	53	26
4	Itaú BBA	13/11/2019	26/12/2022	368	2.471	1.701	770
5	Itaú BBA	05/06/2020	26/12/2022	632	4.243	3.665	578
6	Itaú BBA	15/12/2020	26/12/2022	404	2.710	2.493	217
TOTAL				1.486	9.975	8.234	1.741

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias. Para o período findo em 31 de março de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	4.101.521	3.647.588
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.324.367)	(874.323)
Dívida Líquida	2.777.154	2.773.265
Patrimônio Líquido	7.189.653	6.943.163
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,39	0,40

Notas Explicativas

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia, conforme a seguir:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	1.315.280	869.196
Ativo Financeiro - SWAP	9.975	9.476
Depósitos Vinculados	71.463	61.614
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	9.087	5.127
Contas a Receber de Clientes, líquido	870.272	799.603
Ativos Financeiros Contratuais	524.477	490.082
Totais	2.800.554	2.235.098
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Passivo Financeiro - SWAP	8.234	8.184
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	4.101.521	3.647.588
Empreiteiros e Fornecedores	177.556	213.820
Totais	4.287.311	3.869.592

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários Livres	911	2.972
Depósitos Bancários Vinculados	8.176	2.155
	9.087	5.127
Aplicações Financeiras	1.315.280	869.196
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.324.367	874.323

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Fundo de Investimento Exclusivo Caixa SANEPAR I Renda Fixa) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário, com remuneração média de 94,39% do CDI (100,70% em 2020). O aumento do saldo das Aplicações Financeiras deve-se a nova captação da 11ª emissão de debêntures no montante de R\$500.000.

Notas Explicativas

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Contas a Receber Vincendas	290.710	271.640
Contas a Receber de Parcelamentos	79.645	64.447
Ajuste a Valor Presente	(9.596)	(8.860)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	219.486	210.282
	580.245	537.509
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	145.752	136.883
De 31 a 60 dias	59.972	53.029
De 61 a 90 dias	36.573	31.306
De 91 a 180 dias	62.991	55.961
Mais de 180 dias	289.276	271.869
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(304.537)	(286.954)
	290.027	262.094
Totais de Contas a Receber, líquidas	870.272	799.603
Circulante	842.378	779.404
Não Circulante	27.894	20.199

Destacamos que, em decorrência dos impactos do Coronavírus (COVID-19), conforme descrito na Nota Explicativa 31, ocorreu um incremento na provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos de contas a receber, principalmente de clientes particulares no montante de R\$13.068 (R\$12.328 em 2020 e R\$740 em 2021), considerando a melhor estimativa para o momento.

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	31/03/2021	31/12/2020
Prefeituras Municipais	99.868	(54.434)	(8.769)	36.665	36.811
Particulares	1.071.352	(250.103)	(827)	820.422	743.682
Setor Federal	1.652	-	-	1.652	990
Setor Estadual	11.533	-	-	11.533	18.120
Saldos no Final do Período	1.184.405	(304.537)	(9.596)	870.272	799.603

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Saldos no Início do Período	(286.954)	(196.487)
Valores Registrados como Despesa *	(17.583)	(90.972)
Baixas, Líquidas das Recuperações	-	505
Saldos no Final do Período	(304.537)	(286.954)

* Crescimento decorrente de contas vencidas, principalmente de clientes particulares, em função de medidas adotadas para enfrentamento da Covid-19, tais como suspensão de corte pelo não pagamento de contas.

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Clientes Particulares	250.103	232.015
Prefeituras Municipais	54.434	54.939
Totais	304.537	286.954

Notas Explicativas

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Saldos no Início do Período	(8.860)	(4.088)
Ajuste a Valor Presente	(736)	(4.772)
Saldos no Final do Período	(9.596)	(8.860)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de Renda a compensar	4.807	4.747
Contribuição Social a compensar	2.089	2.063
Saldos no Final do Período	6.896	6.810

Circulante	6.896	6.810
-------------------	--------------	--------------

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	4.688	4.661
Reservas mantidas na CAIXA (1)	57.212	56.953
Outros Convênios (2)	9.563	-
Totais	71.463	61.614

Circulante	14.251	4.661
Não Circulante	57.212	56.953

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamentos a Empregados	16.045	11.280
Pagamentos Reembolsáveis	5.452	12.510
Depósitos Dados em Garantia	2.259	1.858
Fundo Municipal do Meio Ambiente (1)	46.537	47.005
Despesas Antecipadas	246	243
Títulos e Outros Créditos	702	753
Totais	71.241	73.649

Circulante	25.807	27.746
Não Circulante	45.434	45.903

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Meio Ambiente, conforme previsto em contrato de programa.

Notas Explicativas

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2020	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	31/03/2021
Investimento Não Amortizado	1.353.837	78.841	-	-	1.432.678
Ajuste a Valor Presente	(863.755)	(49.547)	5.116	(15)	(908.201)
Totais	490.082	(a) 29.294	5.116	(15)	524.477

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,1% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 20 e 30 anos.

11. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2020	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível e Imobilizado	31/03/2021
Projetos e Obras em Andamento	1.526.448	207.315	5.585	-	(182.523)	1.556.825
Estoques para Obras	108.354	17.355	-	-	-	125.709
Totais	1.634.802	224.670	5.585	-	(182.523)	1.682.534

Até o 1º trimestre de 2021 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$224.670 (R\$177.828 no mesmo período de 2020), decorrente de ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Curitiba, Cascavel, Laranjeiras do Sul, Pato Branco e Cândido de Abreu, Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Ivaiporã, Ibaiti, Londrina e Rio Negro. E também foram transferidos para Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente, nos municípios de Umuarama, Guarapuava, Ponta Grossa, Almirante Tamandaré e Curitiba.

No 1º trimestre de 2021 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$5.585 (R\$5.768 no mesmo período de 2020). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 8,3%.

12. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A. (<i>Impairment Test</i>)	-	-
Outros Investimentos	2.018	2.352
Totais	2.018	2.352

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., Companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente

Notas Explicativas

sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$35.008 registrado em seu Capital Social e R\$50 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanco Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	31/03/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	2.153	2.095
Ativo Não Circulante	58.678	59.907
• Imobilizado	42.538	43.360
• Arrendamento	14.067	14.483
• Outros	2.073	2.064
Ativo Total	60.831	62.002
Passivo Circulante	9.866	10.221
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	6.821	7.328
• Outros	3.045	2.893
Passivo Não Circulante	10.175	10.066
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	10.175	10.066
Patrimônio Líquido	40.790	41.715
Passivo Total	60.831	62.002

Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	31/03/2021	31/03/2020
Receita Bruta	3.084	1.562
(-) Custos dos Serviços	(3.023)	(3.115)
Resultado Bruto	61	(1.553)
(-) Despesas Operacionais	(710)	(568)
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(649)	(2.121)
(-) Resultado Financeiro	(276)	(991)
Resultado Antes dos Tributos	(925)	(3.112)
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do Período	(925)	(3.112)

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	-	-
Aportes Financeiros	-	1.199
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(445)	(1.859)
Teste de Recuperabilidade de Ativos (<i>Impairment Test</i>) - (Constituição) /Reversão	445	660
Saldo no final do período	-	-

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A., conforme preconizam o CPC 18 e CPC 01, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2020 o teste de recuperabilidade ("*impairment test*") deste investimento, considerando o histórico de prejuízos e que os fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, concluiu que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, sendo este valor ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período.

Notas Explicativas

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e diversos investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$417, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/03/2021 equivalem a R\$2.018.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			31/03/2021	31/12/2020
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	359.504	(138.068)	221.436	222.921
Outras Imobilizações	3.637	(3.241)	396	1.430
Direito de Uso em Arrendamento	144.262	(89.329)	54.933	61.656
Totais	507.403	(230.638)	276.765	286.007

Por Natureza				31/03/2021	31/12/2020
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.932	-	2.932	2.932
Construções Civas	*1,84%	114.682	(20.363)	94.319	92.112
Benfeitorias	*2%	2.566	(794)	1.772	1.662
Instalações	*5,83%	9.789	(3.235)	6.554	7.804
Equipamentos	*6,23%	87.839	(32.126)	55.713	56.552
Móveis e Utensílios	*7,14%	51.965	(21.317)	30.648	30.688
Equipamentos de Informática	*19,82%	41.484	(28.433)	13.051	13.478
Veículos	*13,05%	27.263	(15.954)	11.309	11.859
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.108	(18.534)	4.574	5.064
Ferramentas	*6,67%	1.482	(553)	929	949
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	31	-	31	1.251
Direito de Uso em Arrendamento	*20,16%	144.262	(89.329)	54.933	61.656
Totais		507.403	(230.638)	276.765	286.007

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			31/03/2021	31/12/2020
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	5.262.827	(1.757.223)	3.505.604	3.451.339
Sistemas de Esgoto	5.546.548	(1.375.951)	4.170.597	4.132.346
Resíduos Sólidos	5.881	(4.023)	1.858	1.891
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.116	(74.174)	50.942	51.412
Outros Ativos Intangíveis	187.751	(81.844)	105.907	97.675
Direito de Uso em Arrendamento	200.851	(15.362)	185.489	186.650
Totais	11.328.974	(3.308.577)	8.020.397	7.921.313

Por Natureza				31/03/2021	31/12/2020
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	199.714	-	199.714	198.544
Poços	*3,10%	159.704	(40.882)	118.822	115.650
Barragens	*2,67%	143.008	(61.442)	81.566	81.467
Construções Cíveis	*2,59%	2.474.876	(614.695)	1.860.181	1.876.928
Benfeitorias	*2,67%	33.797	(4.706)	29.091	28.388
Tubulações	*2,64%	5.729.238	(1.527.423)	4.201.815	4.077.316
Ligações Prediais	*3,33%	851.243	(271.600)	579.643	570.538
Instalações	*5,83%	196.402	(79.923)	116.479	137.947
Hidrômetros	*10%	243.164	(99.481)	143.683	140.853
Macromedidores	*10%	6.618	(4.674)	1.944	1.972
Equipamentos	*6,23%	709.961	(322.175)	387.786	394.731
Móveis e Utensílios	*7,14%	6.655	(3.892)	2.763	2.796
Equipamento de Informática	*19,82%	89.666	(83.793)	5.873	6.222
Programas de Informática	*20%	79.357	(47.453)	31.904	25.725
Veículos	*13,05%	19.643	(12.769)	6.874	7.172
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	25.947	(20.888)	5.059	5.581
Ferramentas	*6,67%	295	(211)	84	87
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	171	(136)	35	36
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	31.411	(22.898)	8.513	8.289
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,50%	125.000	(74.062)	50.938	51.406
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	116	(112)	4	5
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	2.137	-	2.137	3.010
Direito de Uso em Arrendamento	*24,24%	200.851	(15.362)	185.489	186.650
Totais		11.328.974	(3.308.577)	8.020.397	7.921.313

* Taxa Média Ponderada

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

Notas Explicativas

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Destacamos que os contratos de Arrendamentos não tiveram nenhuma alteração nos termos e condições em função do Coronavírus (COVID-19).

Em 31 de março de 2021 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				31/03/2021	31/12/2020
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Civas	2,59%	37.434	(2.355)	35.079	35.235
Tubulações	2,64%	147.315	(9.870)	137.445	138.182
Ligações Prediais	3,33%	8.227	(950)	7.277	7.345
Instalações	5,83%	309	(78)	231	237
Equipamentos	6,23%	6.013	(1.374)	4.639	4.732
Arrendamento - Litoral		199.298	(14.627)	184.671	185.731
Veículos	13,05%	61.933	(52.745)	9.188	11.713
Construções Civas	2,59%	48.210	(14.727)	33.483	34.917
Equipamentos	6,23%	418	(348)	70	113
Equipamentos de Informática	19,82%	35.254	(22.244)	13.010	15.832
Arrendamento - Direito de Uso		145.815	(90.064)	55.751	62.575
Totais		345.113	(104.691)	240.422	248.306
Imobilizado		144.262	(89.329)	54.933	61.656
Intangível		200.851	(15.362)	185.489	186.650

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$1.690 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2020	Entradas	Amortizações	31/03/2021
Arrendamento - Litoral	185.731	-	(1.060)	184.671
Veículos	11.713	2.319	(4.844)	9.188
Construções Civas	34.917	984	(2.418)	33.483
Equipamentos	113	-	(43)	70
Equipamentos de Informática	15.832	-	(2.822)	13.010
Saldo	248.306	3.303	(11.187)	240.422

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de 2021:

Descrição	31/12/2020	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	31/03/2021
Imobilizado							
Terrenos	2.932	-	-	-	-	-	2.932
Construções Civis	92.112	-	(545)	-	2.761	(9)	94.319
Benfeitorias	1.662	-	(12)	-	122	-	1.772
Instalações	7.804	95	(137)	-	(1.208)	-	6.554
Equipamentos	56.552	391	(1.230)	-	-	-	55.713
Móveis e Utensílios	30.688	760	(800)	-	-	-	30.648
Equipamentos de Informática	13.478	344	(771)	-	-	-	13.051
Veículos	11.859	-	(550)	-	-	-	11.309
Máquinas, Tratores e Similares	5.064	-	(490)	-	-	-	4.574
Ferramentas	949	-	(20)	-	-	-	929
Bens Patrimoniais a Incorporar	1.251	(1.220)	-	-	-	-	31
Direito de Uso em Arrendamento	61.656	3.303	(10.026)	-	-	-	54.933
Totais Imobilizado	286.007	3.673	(14.581)	-	1.675	(9)	276.765
Intangível							
Terrenos	198.544	463	-	-	707	-	199.714
Poços	115.650	-	(495)	1	3.725	(59)	118.822
Barragens	81.467	73	(755)	-	936	(155)	81.566
Construções Civis	1.876.928	872	(14.949)	50	4.093	(6.813)	1.860.181
Benfeitorias	28.388	350	(216)	4	736	(171)	29.091
Tubulações	4.077.316	6.479	(35.055)	-	174.733	(21.658)	4.201.815
Ligações Prediais	570.538	-	(6.607)	(23)	16.141	(406)	579.643
Instalações	137.947	486	(2.960)	70	(19.064)	-	116.479
Hidrômetros	140.853	-	(5.591)	(229)	8.650	-	143.683
Macromedidores	1.972	-	(86)	-	58	-	1.944
Equipamentos	394.731	11.837	(7.286)	(791)	(10.705)	-	387.786
Móveis e Utensílios	2.796	43	(77)	1	-	-	2.763
Equipamentos de Informática	6.222	-	(362)	-	13	-	5.873
Programas de Informática	25.725	8.495	(2.316)	-	-	-	31.904
Veículos	7.172	-	(298)	-	-	-	6.874
Máquinas, Tratores e Similares	5.581	-	(522)	-	-	-	5.059
Ferramentas	87	-	(3)	-	-	-	84
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	36	-	(1)	-	-	-	35
Proteção e Preservação Ambiental	8.289	-	(585)	7	825	(23)	8.513
Concessão do Município de Curitiba	51.406	-	(468)	-	-	-	50.938
Concessão do Município de Cianorte	5	-	(2)	1	-	-	4
Bens Patrimoniais a Incorporar	3.010	(873)	-	-	-	-	2.137
Direito de Uso em Arrendamento	186.650	-	(1.161)	-	-	-	185.489
Total Intangível	7.921.313	28.225	(79.795)	(909)	180.848	(29.285)	8.020.397
Total Geral	8.207.320	31.898	(94.376)	(909)	(a) 182.523	(b) (29.294)	8.297.162

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

d) Análise do Valor Recuperável de Ativos

Em decorrência dos impactos do Coronavírus (COVID-19), conforme descritos na Nota Explicativa 31, a Companhia reavaliou o estudo técnico realizado no encerramento do Exercício Social de 2020 e não identificou valor a ser reconhecido como perda (“*impairment*”) no 1º trimestre de 2021.

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	31/03/2021			31/12/2020		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	106,50% do DI	-	95.525	-	95.525	95.020	-	95.020
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	132.666	33.149	165.815	132.665	66.205	198.870
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	831	154.918	155.749	22	154.902	154.924
BNDES	TJLP + 1,82%	-	7.699	6.385	14.084	7.705	8.300	16.005
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.383	4.810	8.193	3.385	5.652	9.037
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.335	30.548	42.883	12.347	33.602	45.949
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	24.028	60.421	84.449	21.710	58.959	80.669
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	16.447	40.730	57.177	16.462	44.803	61.265
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	1.195	199.084	200.279	174	199.076	199.250
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.565	7.158	10.723	3.566	8.044	11.610
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	923	150.780	151.703	140	150.776	150.916
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	132	126.800	126.932	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.261	127.271	151.532	24.287	133.237	157.524
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	14.362	74.970	89.332	14.001	76.583	90.584
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	-	362.809	362.809	3.529	354.050	357.579
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	207	203.627	203.834	-	-	-
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	48.686	251.635	300.321	49.561	262.979	312.540
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	10.456	265.552	276.008	10.282	267.633	277.915
Arrendamento Direito Uso	5,97%	-	42.036	31.649	73.685	44.099	36.037	80.136
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	170	158.064	158.234	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	1.478	44.258	45.736	1.108	44.922	46.030
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	2.249	68.261	70.510	1.675	69.285	70.960
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	575	20.493	21.068	270	20.295	20.565
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	868	31.433	32.301	401	31.129	31.530
BNDES - AVANÇAR	3,56% a 3,96%	IPCA	150	25.692	25.842	4	24.972	24.976
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	66.241	1.101.405	1.167.646	79.092	1.066.008	1.145.100
Total em Reais			510.468	3.581.902	4.092.370	521.505	3.117.449	3.638.954
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	33	9.118	9.151	-	8.634	8.634
Total em Moeda Estrangeira			33	9.118	9.151	-	8.634	8.634
Saldo no Final do Período			510.501	3.591.020	4.101.521	521.505	3.126.083	3.647.588
Empréstimos e Financiamentos			262.423	1.439.352	1.701.775	275.978	1.450.794	1.726.772
Debêntures			195.586	1.854.467	2.050.053	191.146	1.371.619	1.562.765
Arrendamentos			52.492	297.201	349.693	54.381	303.670	358.051

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de EUR 50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar a promoção do programa DKTI de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *convenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A, Banco Santander Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Até a data de 31 de março de 2021 houve liberação de €1.486 mil pelo Banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 127,91% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 2,83% para uma taxa de 2,21 % do CDI.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada de desconto aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 6,76%, em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,12% e em 31 de março de 2021 foi de 5,97%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2020	Entradas	Encargos Financeiros	Pagamentos	31/03/2021
Arrendamento - Litoral	277.915	-	7.275	(9.182)	276.008
Arrendamento - Direito de Uso	80.136	3.303	925	(10.679)	73.685
Totais	358.051	3.303	8.200	(19.861)	349.693
Circulante	54.381				52.492
Não Circulante	303.670				297.201

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2021 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	31/03/2021	31/12/2020
			Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	36.729	(26.272)	10.457	10.282
Mais de um ano e menos de cinco anos	146.917	(105.690)	41.227	40.227
Acima de cinco anos	372.449	(148.125)	224.324	227.406
Subtotal	556.095	(280.087)	276.008	277.915
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	44.882	(2.847)	42.035	44.099
Mais de um ano e menos de cinco anos	33.760	(2.110)	31.650	36.037
Subtotal	78.642	(4.957)	73.685	80.136
Totais	634.737	(285.044)	349.693	358.051

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2021
Veículos	9.735
Bens Móveis	19.532
Bens Imóveis	46.039
Total	75.306

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando os juros incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento de direito de uso:

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Veículos	5.885	4.288	-	-	-	-	10.173
Bens Móveis	10.286	7.097	3.312	-	-	-	20.695
Bens Imóveis	6.623	9.545	10.396	11.332	12.369	3.267	53.532
Total	22.794	20.930	13.708	11.332	12.369	3.267	84.400

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	31/03/2021	31/12/2020
TR	1.167.646	1.145.100
TJLP	565.997	593.283
IPCA	1.094.115	722.893
DI	896.003	798.980
IPC-FIPE	276.008	277.915
EURO	9.151	8.634
Sem Correção Monetária	92.601	100.783
Totais	4.101.521	3.647.588

Notas Explicativas

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	2018	2021	95.000	9.500	2021	Semestral
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2020	2022	200.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 1 Contrato	2007	2023	81.357	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	2021	2026	130.000	130.000	2025/2026	Semestral
Arrendamento - Direito de Uso	2015 a 2020	2021 a 2026	77.451	-	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	629.594	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	2021	2029	208.300	208.300	2029	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	2021	2031	161.700	161.700	2031	Semestral
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - AVANÇAR	2020	2040	254.788	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 301 Contratos	2003 a 2018	2042	3.197.868	-	Mensal	Mensal

Notas Explicativas

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Debêntures 2ª Emissão	45.683	48.651	48.651	41.524	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão	29.142	37.922	37.922	37.922	37.922	37.922	22.112	-
Debêntures 7ª Emissão	2.704	9.867	9.867	9.867	9.867	9.867	9.867	9.867
Debêntures 8ª Emissão	96.374	-	154.900	-	-	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão	2.129	-	-	199.075	-	150.778	-	-
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	362.809	-
Debêntures 11ª Emissão	507	-	-	-	63.400	63.400	-	-
Subtotais Debêntures	176.539	96.440	251.340	288.388	111.189	261.967	394.788	9.867
BNDES	5.784	7.661	639	-	-	-	-	-
BNDES - PAC2	37.343	44.768	43.557	43.557	43.557	38.839	25.805	21.255
BNDES - AVANÇAR	203	-	757	1.511	1.508	1.508	1.508	1.508
Banco do Brasil - PSI	2.541	3.369	2.093	190	-	-	-	-
Banco Itaú - PSI	2.679	3.542	3.056	1.420	26	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - CCB	99.608	66.207	-	-	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	50.113	64.592	66.753	70.906	75.317	79.254	83.705	87.752
Banco KfW	34	466	861	861	861	861	861	861
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	198.305	190.605	117.716	118.445	121.269	120.462	111.879	111.376
Arrendamento - Litoral	9.063	8.705	9.591	10.579	11.682	12.914	14.291	15.831
Arrendamento - Direito de Uso	36.766	17.218	12.169	5.401	2.116	15	-	-
Subtotais Arrendamentos	45.829	25.923	21.760	15.980	13.798	12.929	14.291	15.831
Totais	420.673	312.968	390.816	422.813	246.256	395.358	520.958	137.074

Descrição	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	184.509
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	240.864
Debêntures 7ª Emissão	9.867	9.867	9.867	9.867	9.867	9.867	38.640	169.615
Debêntures 8ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	251.274
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	351.982
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	362.809
Debêntures 11ª Emissão	203.627	-	158.066	-	-	-	-	489.000
Subtotais Debêntures	213.494	9.867	167.933	9.867	9.867	9.867	38.640	2.050.053
BNDES	-	-	-	-	-	-	-	14.084
BNDES - PAC2	1.640	-	-	-	-	-	-	300.321
BNDES - AVANÇAR	1.508	1.508	1.508	1.508	1.508	1.508	8.291	25.842
Banco do Brasil - PSI	-	-	-	-	-	-	-	8.193
Banco Itaú - PSI	-	-	-	-	-	-	-	10.723
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	-	-	-	-	-	-	165.815
Caixa Econômica Federal	86.085	80.240	71.862	55.023	52.293	44.503	199.248	1.167.646
Banco KfW	861	861	861	902	-	-	-	9.151
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	90.094	82.609	74.231	57.433	53.801	46.011	207.539	1.701.775
Arrendamento - Litoral	17.556	19.488	21.654	24.084	26.812	29.876	43.882	276.008
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	73.685
Subtotais Arrendamentos	17.556	19.488	21.654	24.084	26.812	29.876	43.882	349.693
Totais	321.144	111.964	263.818	91.384	90.480	85.754	290.061	4.101.521

Notas Explicativas

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	31/03/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	521.505	3.126.083	357.213	2.723.218
Liberações	-	563.606	-	860.789
Juros e Taxas sobre Financiamentos	50.748	-	197.045	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	15.909	-	23.685
Transferências	102.912	(102.912)	480.325	(480.325)
Amortizações	(176.655)	-	(565.873)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	488	(12.132)	(1.290)	(9.981)
Variações Cambiais	-	466	-	1.317
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	8.200	-	34.307	7.380
Arrendamentos	3.303	-	19.778	-
Saldos no final do período	510.501	3.591.020	521.505	3.126.083

e) Os Principais eventos no período foram os seguintes:

No 1º trimestre de 2021 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(8.741)
Debêntures 4ª Emissão	-	(13.308)
Debêntures 7ª Emissão	-	(5.922)
Debêntures 10ª Emissão	-	(8.271)
Debêntures 11ª Emissão	500.000	-
BNDES	-	(2.148)
BNDES - PAC2	-	(16.829)
BNDES - AVANÇAR	-	(43)
Banco do Brasil - PSI	-	(925)
Banco Itaú - PSI	-	(1.021)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	(35.405)
Caixa Econômica Federal	63.606	(64.181)
Subtotal	563.606	(156.794)
Arrendamento (1)	3.303	(19.861)
Totais	566.909	(176.655)

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa)

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

- Covenants de contratos do BNDES, e das 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures**

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

Notas Explicativas

- **Covenants dos contratos da 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Emissão de Debêntures e de Cédula de Crédito Bancário - CCB**

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

- **Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal**

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

- **Covenants do contrato do Banco KfW**

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo o novo contrato denominado Avançar, e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e para a Cédula de Crédito Bancário - CCB contratada junto ao Banco BTG Pactual, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 31 de março de 2021, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do Banco KfW e da CCB junto ao Banco BTG Pactual.

Notas Explicativas

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de Renda a Pagar	40.626	-
Contribuição Social a Pagar	14.720	-
COFINS a Pagar	28.708	25.202
PASEP a Pagar	6.224	5.464
IPTU - Parcelamento (1)	551	670
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	8.092	41.460
Totais dos Impostos e Contribuições	98.921	72.796
Circulante	98.916	72.691
Não Circulante	5	105

(1) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto ao município de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/03/2021 foram quitadas 79 parcelas no montante de R\$2.606.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	31/03/2021		31/03/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	373.018	373.018	381.261	381.261
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(93.254)	(33.572)	(95.315)	(34.313)
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	-	-	4.532	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	165	-	159	-
Equivalência Patrimonial	(111)	(40)	(311)	(112)
Outros	225	59	107	17
Totais das Despesas	(92.975)	(33.553)	(90.828)	(34.408)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(126.528)		(125.236)	
Alíquota Efetiva	33,9%		32,8%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Imposto de Renda	(99.057)	(113.092)
Contribuição Social	(35.628)	(42.309)
Realização do Imposto de Renda Diferido	6.082	22.264
Realização da Contribuição Social Diferida	2.075	7.901
Totais	(126.528)	(125.236)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	31/03/2021				31/12/2020
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	908.201	227.051	81.738	308.789	293.677
Arrendamento - Litoral (Ativo)	20 anos	276.008	69.002	24.841	93.843	94.491
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.186.069	296.517	106.746	403.263	398.260
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	11.493	2.873	1.035	3.908	3.955
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	592.331	148.083	53.310	201.393	185.190
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	73.686	18.421	6.632	25.053	27.246
Redução ao Valor Recuperável de Ativos - CS Bionergia	5 anos	16.241	4.061	1.461	5.522	5.673
AVP de Contas a Receber	5 anos	9.596	2.399	864	3.263	3.012
Valor Realizável Líquido de Estoque	5 anos	1.048	262	94	356	929
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	563	141	50	191	90
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	52.201	13.050	4.698	17.748	17.619
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	13.068	3.267	1.176	4.443	4.192
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	1 ano	16.106	4.026	1.450	5.476	26.274
Provisão para PPR	1 ano	87.620	21.905	7.886	29.791	23.882
Totais			811.058	291.981	1.103.039	1.084.490
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	850.700	212.675	76.563	289.238	275.185
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	24 anos	114.506	28.626	-	28.626	28.943
Arrendamento - Litoral (Passivo)	20 anos	184.671	46.168	16.621	62.789	63.149
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.539	2.885	1.038	3.923	3.923
Reserva de Reavaliação	13 anos	95.504	23.876	8.595	32.471	33.120
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	55.750	13.937	5.018	18.955	21.270
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	3 anos	7.014	1.754	631	2.385	2.405
Totais			329.921	108.466	438.387	427.995
Total Líquido			481.137	183.515	664.652	656.495

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de março de 2021, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2021	48.843	17.583	66.426	12.325	4.097	16.422
2022	40.685	14.647	55.332	16.433	5.463	21.896
2023	52.658	18.957	71.615	16.433	5.463	21.896
2024	36.341	13.083	49.424	15.796	5.234	21.030
2025	184.424	66.392	250.816	15.796	5.234	21.030
2026 a 2028	93.054	33.499	126.553	38.584	12.531	51.115
2029 a 2031	93.906	33.806	127.712	38.584	12.531	51.115
2032 a 2034	92.490	33.296	125.786	34.520	11.068	45.588
2035 a 2037	57.896	20.843	78.739	32.488	10.337	42.825
2038 a 2040	33.186	11.947	45.133	32.488	10.337	42.825
2041 a 2043	22.705	8.174	30.879	25.078	7.669	32.747
2044 a 2046	22.705	8.174	30.879	21.267	7.656	28.923
2047 a 2049	22.705	8.174	30.879	21.267	7.656	28.923
2050	9.460	3.406	12.866	8.862	3.190	12.052
Totais	811.058	291.981	1.103.039	329.921	108.466	438.387

Notas Explicativas

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o 1º trimestre de 2021 foi de R\$1.050 (R\$1.050 no mesmo período de 2020). O saldo em 31 de março de 2021 é de R\$3.850 (R\$4.900 em 31/12/2020), sendo este valor registrado no passivo circulante.

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	31/03/2021
Ações Trabalhistas (i)	318.722	19.171	(7.891)	(1.394)	328.608
Ações Cíveis (ii)	201.171	16.409	(1.139)	(928)	215.513
Ações Ambientais (iii)	16.866	26.321	(2.937)	-	40.250
Ações Tributárias (iv)	7.918	42	-	-	7.960
Totais	544.677	61.943	(11.967)	(2.322)	592.331

No primeiro trimestre de 2021 ocorreu provisão cível de R\$11.656, referente ação judicial de indenização por acidente de trânsito, em decorrência de vazamento de água, causando desmoronamento do talude, ocasionando o lançamento de lama na rodovia.

No primeiro trimestre de 2021 foi constituída provisão ambiental de R\$26.321, decorrente de Auto de Infração Ambiental lavrado pelo IBAMA, referente ao lançamento de resíduos de esgoto em desacordo com as exigências estabelecidas em Leis e Atos Normativos.

Também no primeiro trimestre de 2021 ocorreu complemento de provisão trabalhista no montante de R\$5.427, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	31/03/2021	31/12/2020
Ações Trabalhistas (i)	62.677	44.051
Ações Cíveis (ii)	556.095	494.577
Ações Ambientais (iii)	353.654	388.910
Ações Tributárias (iv)	22.935	23.414
Totais	995.361	950.952

Notas Explicativas

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto, conforme especificado a seguir: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo, junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

Em decorrência dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, este Órgão Federal ajuizou nos anos de 2014 e 2015, 17 Ações Cíveis Públicas (ACP) que tramitam perante a 11ª Vara Federal de Curitiba. Em 2018, foram firmados 17 Termos de Acordos Judiciais – TAJ nestas Ações Cíveis Públicas, devidamente subscritos pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Instituto Água e Terra - IAT e homologados pelo Juízo Federal. Das 251 ETE, em operação, que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sanepar, 183 foram abrangidas nestes Termos de Acordo Judicial (TAJ).

Em 2019, o Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba decidiu pelo não cumprimento de dois acordos (ACP 5001669-33.2015.4.04.7015 e ACP 5001739-56.2015.4.04.7013) quanto a uma Cláusula neles prevista que obrigam a Companhia ao pagamento de multa no valor estimado de R\$ 14,6 milhões. O referido valor está divulgado como passivo contingente, com probabilidade de perda "Possível". A Companhia recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, obtendo liminarmente a suspensão dos efeitos da decisão. Em dezembro de 2020 a Companhia concluiu a repactuação dos acordos junto ao IBAMA e Instituto Água e Terra, com a realização de ajustes de alguns cronogramas de obras e elaboração de novas cláusulas com estabelecimento de compensações dos respectivos acordos firmados em 2018. No primeiro trimestre de 2021 a repactuação dos acordos foi apresentada em juízo, atualmente aguardando manifestação do Ministério Público Federal.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Londrina, Paranavaí, Campina da Lagoa, Porecatu, Pinhais e Colombo.

Notas Explicativas

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	31/03/2021	31/12/2020
Ações Trabalhistas	247.651	227.969
Ações Cíveis	85.680	73.575
Ações Ambientais	5.384	5.096
Ações Tributárias	15.319	13.835
Totais	354.034	320.475

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Em virtude do Coronavírus (COVID-19), o mercado financeiro e o setor de saúde foram afetados significativamente, por isso destacamos a seguir os reflexos para os planos de aposentadoria (Fusanprev) e assistência médica (Sanesaúde), patrocinados pela Companhia:

Fusanprev: O início de 2021 foi marcado pela maior campanha de vacinação mundial da história, contudo bastante concentrada nos países mais desenvolvidos, em contraponto, o cenário brasileiro foi marcado por uma segunda onda de COVID e com dificuldades no programa de vacinação (menos de 10% da população havia sido vacinada até 31 de março de 2021), sendo impostas novas medidas restritivas à sociedade que impactaram negativamente a atividade e expectativas econômicas para o curto prazo. Além da grave situação pandêmica, o Congresso brasileiro enfrenta dificuldades em equacionar demandas políticas por meio de emendas com as restrições fiscais considerando o posicionamento do Poder Executivo Federal, impactando diretamente no Orçamento de 2021, além de temas importantes tais como o programa de manutenção de empregos e a continuidade de auxílio emergencial, sinalizando um cenário bastante negativo e amplificando a percepção de aumento dos riscos fiscais de médio e longo prazos. Apesar deste contexto, tendo sido um trimestre muito difícil para o mercado financeiro, o Plano Fusanprev apresentou uma rentabilidade positivo de 1,20% no trimestre, acima do índice de referência do mercado, CDI – Certificado de Depósito Interbancário, que ficou em 0,49%, porém abaixo do mínimo atuarial do Plano que foi de 3,27% no mesmo período, devido principalmente ao aumento significativo da inflação, o INPC – Índice de Preços ao Consumidor, que é o indexador do plano. Para este novo cenário, foi aprovado em Dezembro de 2020 a Política de Investimentos para o Exercício de 2021 e um novo estudo de ALM (*Asset Liability Management*), mantendo uma carteira de investimentos diversificada e com perfil moderado, aplicada em várias classes de ativos, com perfil de médio e longo prazo, propiciando obter liquidez suficiente para honrar o pagamento de benefícios. Considerando: (i) a estrutura de governança da FUSAN para tomada de decisão, seguindo os aconselhamentos dos órgãos reguladores ligados a Previdência Complementar, (ii) pela prática de estar monitorando atentamente os investimentos realizados, verificando inclusive as oportunidades de investimentos surgidas na crise, pela expectativa de um ciclo econômico positivo entre as grandes economias mundiais, especialmente da China e dos Estados Unidos, mesmo considerando a incerteza no Brasil em relação a situação fiscal do país com projeção de crescimento de 3,5% do PIB para o ano de 2021, (iii) que a inflação se mantenha em uma taxa estimada de 5% no mesmo período, além dos juros continuarem baixos, com uma Selic estimada de 6%, não estimamos qualquer alteração nos valores provisionados para o encerramento deste trimestre.

Sanesaúde: O plano apresentou resultado deficitário no encerramento do 1º Trimestre de 2021 no valor de R\$1,3 milhão, devido principalmente a procedimentos de alto custo com tratamentos mais complexos tais como câncer, coração e COVID (houve aumento de casos e internamentos no

Notas Explicativas

trimestre), além do registro contábil da Provisão PEONA SUS, que havia sido prorrogada para o Exercício de 2021. Destaca-se que até o momento o impacto dos casos de COVID-19 sobre as despesas do Plano ainda foi limitado. As reservas técnicas indicam que o plano está em equilíbrio, apresentando saldos superiores a 2 vezes o montante exigido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sendo previsto novo reajuste do Plano em junho de 2021, com a expectativa de não apresentar índice elevado. Espera-se que durante 2021, com arrefecimento da pandemia no Estado do Paraná e o conseqüente relaxamento das medidas restritivas, verifique-se o aumento de demanda de procedimentos eletivos, fato que poderá consumir parte do resultado positivo gerado no Exercício de 2020. Considerando que a Fundação Sanepar monitora diariamente o cenário com base no censo de internações, com vistas à tomada de medidas necessárias para a gestão do Plano, bem como avalia os impactos da pandemia e acompanha atentamente as medidas e recomendações dos órgãos reguladores ligados à Saúde Suplementar, não estimamos qualquer alteração nos valores provisionados neste trimestre.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste trimestre a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$7.420 (R\$7.909 no mesmo período de 2020) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,3% pela patrocinadora e 36,7% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste trimestre, o montante de R\$18.672 (R\$17.798 no mesmo período de 2020).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	31/03/2021	31/12/2020
Circulante	34.990	44.081	79.071	78.090
Não Circulante	489.862	617.136	1.106.998	1.093.262
Totais	524.852	661.217	1.186.069	1.171.352

Notas Explicativas

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2021:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2021
Custo do Serviço Corrente	9.916	4.706	14.622
Custo dos Juros	109.018	47.389	156.407
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(71.915)	-	(71.915)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(14.468)	(25.779)	(40.247)
Totais	32.551	26.316	58.867

O montante de R\$58.867 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2021, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado no 1º trimestre de 2021 o montante de R\$14.717 (R\$16.707 no mesmo período de 2020). No final do exercício de 2021 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

20. PARTES RELACIONADAS

O Estado do Paraná possui em 31 de março de 2021 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$55.657 (R\$62.055 no mesmo período de 2020). A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$25.606 e R\$32.670 até o primeiro trimestre de 2021 e 2020, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais, com as quais mantém contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, até o 1º trimestre de 2021, foi de R\$20.348 (R\$26.880 no mesmo período de 2020). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$2.967 (R\$3.163 no mesmo período de 2020). Adicionalmente a Companhia tem contas a receber com estas prefeituras no montante de R\$37.202 no 1º trimestre de 2021 (R\$36.811 em 31/12/2020), demonstrado na Nota Explicativa 6a.

A Companhia transaciona com a CS Bioenergia S.A., sendo que no 1º trimestre de 2021, obteve receitas provenientes de tratamento de efluentes de esgoto no montante de R\$22 (R\$412 no mesmo período de 2020) e aluguel de imóvel no montante de R\$82 (R\$78 no mesmo período de 2020), além de gastos reembolsáveis de energia elétrica no montante de R\$124 (R\$118 no mesmo período de 2020) e também despesas referente a: (i) remoção de lodo da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Belém no montante de R\$2.636 (R\$1.756 no mesmo período de 2020) e (ii) locação de usina minigeradora de energia elétrica a partir de biogás no montante de R\$577. Adicionalmente, em 31 de março de 2021, a Companhia tem contas a receber da CS Bioenergia S.A. na seguinte composição:

- i) no montante de R\$206 (sendo R\$124 de energia elétrica e R\$82 de despesas com locação de imóvel);
- ii) parcelamento de débitos provenientes do tratamento de efluentes de esgoto do período de setembro de 2018 a fevereiro de 2020 no montante total de R\$1.187, em 150 parcelas.

A Companhia também realiza operações com as Fundações Sanepar (Plano de Saúde e Plano de Previdência), sendo que no 1º trimestre de 2021 obteve receitas pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$2 (R\$5 no mesmo período de 2020), gastos provenientes de aluguel de imóvel no montante de R\$136 (R\$150 no mesmo período de 2020) e de contribuições patronais aos planos de benefícios aos empregados no montante de R\$26.092 (R\$25.707 no mesmo período de 2020), conforme descrito na Nota Explicativa 19.

Notas Explicativas

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Sanepar nas mesmas condições de mercado conforme praticadas com seus demais clientes, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi aprovada pela 57ª/2021 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2021, no montante global de R\$15.046. Para o exercício de 2020 a aprovação se deu pela 56ª/2020 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 23 de abril de 2020, no montante de R\$15.036.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração	2.279	2.279
Encargos e Benefícios	755	659
Encargos Sociais	686	618
Plano de Saúde (Sanesaúde)	16	14
Plano de Previdência (Fusanprev)	29	27
Programas Complementares	24	-
Totais	3.231	2.938

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2021	31/12/2020
Contratos e Convênios com Terceiros	18.970	13.073
Convênios com Municípios	16.893	18.177
Cauções e Valores a Reembolsar	18.344	9.146
Parcelamento IBAMA (1)	53.451	61.124
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	5.018	5.396
Totais	112.676	106.916
Circulante	90.844	77.299
Não Circulante	21.832	29.617

(1) Saldo de R\$33.309 referente a parcelamento de débitos relativo a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. E também parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao IBAMA no montante de R\$20.142.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

Notas Explicativas

O valor patrimonial de cada ação em 31 de março de 2021, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$4,76 (R\$4,59 em 31 de dezembro de 2020).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de março de 2021 é de R\$4.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$3.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.658.716	60,1	3	-	302.658.719	20,0
Municípios	-	-	5.572.423	0,6	5.572.423	0,4
Investidores Estrangeiros	59.142.140	11,7	311.598.346	30,9	370.740.486	24,5
Demais Investidores	141.934.403	28,2	690.299.488	68,5	832.233.891	55,1
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no 1º trimestre, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.259 (R\$1.351 no mesmo período de 2020), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Saldos no início do período	64.292	69.559
Realização da Reserva de Reavaliação	(1.908)	(2.046)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	649	695
Saldos no final do período	63.033	68.208

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$39 (R\$53 no mesmo período de 2020), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	31/03/2021	31/03/2020
Saldos no início do período	4.668	5.196
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(59)	(81)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	20	28
Saldos no final do período	4.629	5.143

Notas Explicativas

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1), os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

h) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 22 de abril de 2021, a Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio, creditados aos acionistas no exercício de 2020, no montante bruto de R\$296.428, os quais serão pagos até o dia 18 de junho de 2021.

i) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2020	2019
Ações Ordinárias	0,18389	0,61493
Ações Preferenciais	0,20228	0,67642
Valor para 1 "Unit"	0,99303	3,32060

No exercício de 2020 houve o *Split* das ações da Companhia.

Notas Explicativas

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	31/03/2021	31/03/2020
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	77.028	80.008
Ações preferências	169.462	176.017
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,15291	0,15883
Por ação preferencial	0,16821	0,17471

23. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receitas		
Receitas de Água	806.051	810.243
Receitas de Esgoto	468.982	483.251
Receitas de Serviços	26.824	33.672
Receitas de Resíduos Sólidos	2.967	3.163
Serviços Prestados a Prefeituras	5.156	4.908
Doações efetuadas por Clientes	7.163	5.302
Outras Receitas	1.318	1.249
Totais das Receitas Operacionais	1.318.461	1.341.788
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(75.596)	(78.609)
PASEP	(16.389)	(17.043)
Totais das Deduções	(91.985)	(95.652)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.226.476	1.246.136

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$28.225 (R\$18.477 no mesmo período de 2020), durante o 1º trimestre de 2021, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

Notas Explicativas

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2021 a 31/03/2021			01/01/2020 a 31/03/2020		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(65.820)	(32.482)	(98.302)	(65.790)	(27.852)	(93.642)
Materiais	(26.133)	(16.223)	(42.356)	(23.980)	(19.159)	(43.139)
Energia Elétrica	(106.467)	(15.058)	(121.525)	(106.757)	(13.196)	(119.953)
Serviços de Terceiros	(57.932)	(42.264)	(100.196)	(53.160)	(42.490)	(95.650)
Depreciações e Amortizações	(39.809)	(38.531)	(78.340)	(35.996)	(35.049)	(71.045)
Indenizações por Danos a Terceiros	(815)	(631)	(1.446)	(1.201)	(314)	(1.515)
Outros Custos	(28.395)	(10.217)	(38.612)	(26.056)	(10.545)	(36.601)
Totais	(325.371)	(155.406)	(480.777)	(312.940)	(148.605)	(461.545)

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Comerciais		
Pessoal	(28.876)	(31.869)
Materiais	(605)	(1.087)
Serviços de Terceiros	(28.002)	(28.833)
Depreciações e Amortizações	(2.456)	(2.983)
Perdas na Realização de Créditos	(17.583)	(11.627)
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	(15.447)	(17.713)
Indenizações por Danos a Terceiros	(177)	(380)
Programa Sanepar Rural	(476)	(690)
Outras Despesas	(630)	(533)
Totais das Despesas Comerciais	(94.252)	(95.715)
Administrativas		
Pessoal	(129.846)	(135.640)
Materiais	(10.581)	(12.014)
Serviços de Terceiros	(29.448)	(29.507)
Depreciações e Amortizações	(13.580)	(12.867)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	1.684	(879)
Taxa de Regulação	(6.448)	(6.342)
Despesas com Viagens	(792)	(1.270)
Exposições, Congressos e Eventos	-	(45)
Programas Sociais e Ambientais	(2.146)	(4.142)
Indenizações por Danos a Terceiros	(140)	(354)
Outras Despesas	(4.891)	(4.883)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (1)	32.384	32.798
Despesas Capitalizadas (2)	21.595	17.936
Totais das Despesas Administrativas	(142.209)	(157.209)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Perdas Eventuais ou Extraordinárias (3)	(46)	(37.139)
Multas Ambientais	(8)	(27)
Baixas de Ativos	(331)	3.432
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(298)	(304)
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(683)	(34.038)

(1) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(2) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

(3) Valor de R\$37.137 (2020) referente a quitação de ação judicial do consórcio DM/LFM/SEF, relativo a reequilíbrio econômico-financeiro do CA 05.1/2000.

Notas Explicativas

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$17.377 (R\$25.371 no mesmo período de 2020), a título de Participação nos Resultados no 1º trimestre de 2021, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	4.732	4.891
Variações Monetárias Ativas	5.045	3.985
Variações Cambiais Ativas	34	-
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	491	520
Outras Receitas Financeiras	5.298	5.723
Totais das Receitas Financeiras	15.600	15.119
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	(54.230)	(50.974)
Variações Monetárias Passivas (1)	(15.902)	(4.725)
Variações Cambiais Passivas	(500)	(538)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(43)	-
Outras Despesas Financeiras (2)	(269)	(11.669)
Totais das Despesas Financeiras	(70.944)	(67.906)
Resultado Financeiro	(55.344)	(52.787)

- (1) Aumento da base de cálculo das variações monetárias, em função da captação de debêntures (10ª e 11ª emissões), Cédula de Crédito Bancário e reajuste do contrato de arrendamento litoral;
- (2) R\$11.057 (2020) refere-se à alteração do prazo da vida útil dos itens Reatores Anaeróbios de Lodo Fluetizado e Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente de Alta Eficiência de 60 para 40 anos, refletindo na contabilização do Ajuste a Valor Presente dos ativos financeiros contratuais.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

Notas Explicativas

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2021 a 31/03/2021			01/01/2020 a 31/03/2020		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	824.920	479.904	1.304.824	835.689	494.640	1.330.329
Outras Receitas Operacionais	7.767	5.870	13.637	6.528	4.931	11.459
Total da Receita Operacional Bruta	832.687	485.774	1.318.461	842.217	499.571	1.341.788
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(52.393)	(39.592)	(91.985)	(54.500)	(41.152)	(95.652)
Receita Operacional Líquida	780.294	446.182	1.226.476	787.717	458.419	1.246.136
Custo	(325.371)	(155.406)	(480.777)	(312.940)	(148.605)	(461.545)
Lucro Bruto	454.923	290.776	745.699	474.777	309.814	784.591
Despesas Comerciais	(53.681)	(40.571)	(94.252)	(54.532)	(41.183)	(95.715)
Despesas Administrativas	(80.996)	(61.213)	(142.209)	(89.569)	(67.640)	(157.209)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(389)	(294)	(683)	(19.393)	(14.645)	(34.038)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(445)	(445)	-	(1.245)	(1.245)
Resultado Financeiro	(24.580)	(30.764)	(55.344)	(23.544)	(29.243)	(52.787)
Programa de Participação nos Resultados	(9.897)	(7.480)	(17.377)	(14.455)	(10.916)	(25.371)
Provisões	(27.143)	(20.511)	(47.654)	(11.530)	(8.728)	(20.258)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(8.382)	(6.335)	(14.717)	(9.518)	(7.189)	(16.707)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	249.855	123.163	373.018	252.236	129.025	381.261
Imposto de Renda e Contribuição Social	(84.751)	(41.777)	(126.528)	(82.854)	(42.382)	(125.236)
Lucro Líquido do Período	165.104	81.386	246.490	169.382	86.643	256.025
Margem Operacional - Não auditado/Revisado	32,0%	27,6%	30,4%	32,0%	28,1%	30,6%
Margem Líquida - Não auditado/Revisado	21,2%	18,2%	20,1%	21,5%	18,9%	20,5%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	132.231	126.619	258.850	112.006	99.433	211.439
Participação Societária - CS Bioenergia	-	-	-	-	200	200
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	1.784.275	2.317.246	4.101.521	1.422.995	2.027.424	3.450.419
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, Líquidos	4.496.114	5.483.582	9.979.696	4.217.835	5.184.001	9.401.836
Depreciações e Amortizações do Período	(48.943)	(45.433)	(94.376)	(45.027)	(41.868)	(86.895)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	773.995	410.410	1.184.405	672.306	351.408	1.023.714
Total do Ativo	6.275.391	7.653.637	13.929.028	5.637.210	6.928.510	12.565.720
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	3.064.828	3.674.547	6.739.375	2.821.767	3.314.014	6.135.781
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.293.660	2.327.211	-	3.208.360	2.244.720	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	130.391	98.546	-	137.469	103.814	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.716.442, com vigência abrangendo o período de 13/03/2021 a 13/03/2022, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	845.173
Máquinas, Equipamentos e Veículos	786.266
Estoque	85.003
Totais	1.716.442

Notas Explicativas

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de março de 2021 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 215 processos judiciais no montante de R\$184.229 com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr International Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 09/09/2021.

30. OPERAÇÕES “RÁDIO PATRULHA”, “INTEGRAÇÃO”, “ÁGUAS CLARAS” E “DUCTOS” E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Operações “Rádio Patrulha” e “Integração”:

Ao final de 2018 tornou-se pública a delação do Sr. Nelson Leal Júnior no âmbito da operação denominada “Rádio Patrulha”, a qual faz menção, dentre outros, a alguns ex-administradores da Companhia. A “Operação Rádio Patrulha” investiga um suposto esquema de pagamento de propina para desvio de recursos por meio de licitações no programa “Patrulha do Campo”, o qual tinha como objetivo a recuperação de estradas rurais do Estado do Paraná. A “Operação Rádio Patrulha” tornou réu um ex-administrador da Companhia.

A “Operação Integração” investiga suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, que teria perdurado de 1999 a 2018 e está relacionado aos procedimentos de concessão de rodovias federais no Estado do Paraná do denominado Anel da Integração. A primeira fase da “Operação Integração” foi deflagrada em 22 de fevereiro de 2018 e, a segunda fase, em 26 de setembro de 2018. No âmbito da “Operação Integração”, um dos colaboradores do Ministério Público Federal também mencionou em seu acordo alguns ex-administradores da Companhia.

Considerando a deflagração dessas operações, após diligências internas, a Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, constituiu uma Comissão Externa de Investigação (“CEI”), e contratou o escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown e a consultoria Ernst & Young – EY (conjuntamente, “Equipe de Investigação”) para condução de uma investigação forense independente, sob coordenação da CEI, e apuração de determinados fatos, alegações e eventuais irregularidades/inconformidades decorrentes dessas operações.

Andamento das Atividades:

A investigação forense independente relativa às alegações decorrentes das Operações acima, foi concluída pela Equipe de Investigação em abril de 2021 e o relatório final foi encaminhado ao Conselho de Administração, com recomendações de melhorias nos processos de governança e controles internos, as quais estão, em parte, implementadas ou em vias de implementação.

Operação “Águas Claras”:

A “Operação Águas Claras”, que é desdobramento da “Operação Pecúlio” ocorrida em 2016, investiga supostas fraudes em licitações de obras de esgoto com o favorecimento de uma empresa cujos representantes teriam supostamente pago vantagens indevidas a um funcionário aposentado da Companhia, assim como supostos pagamentos de propina pela mesma empresa dissimulados como investimento em publicidade e patrocínio. As supostas condutas ilícitas teriam sido praticadas entre 2011 e 2016 e envolveriam alguns funcionários da Companhia.

Não obstante a deflagração da referida operação tenha ocorrido após o início dos trabalhos de investigação interna das “Operações Rádio Patrulha” e “Integração”, a aprovação para a contratação da Equipe de Investigação ocorreu em novembro de 2020 e a contratação foi realizada em dezembro

Notas Explicativas

de 2020 para conduzir investigação forense independente sobre as alegações relacionadas à “Operação Águas Claras”, também sob coordenação da CEI.

Operação “Ductos”:

Em 20 de julho de 2020, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a “Operação Ductos”, relacionada a investigação que apura condutas envolvendo pessoas ligadas à Companhia. As investigações iniciadas há cerca de dois anos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), apuram principalmente o pagamento indevido por serviços não prestados e fraudes em licitações. Investiga-se ainda, o faturamento por serviço não executado integralmente ou por serviço superfaturado, com uso de medições falsas ou não fiscalizadas por empregados da Sanepar. Na mesma data, o Conselho de Administração iniciou as medidas internas para que as alegações da “Operação Ductos” fossem incluídas no escopo da investigação forense independente conduzida pela Equipe de Investigação. A Administração da Companhia afastou, cautelarmente, todos os empregados envolvidos na referida operação, sendo que na 9ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 24 de setembro de 2020, o Conselho foi informado pela Diretoria Executiva que os empregados afastados retornaram para as funções de origem para as quais haviam prestado concurso público.

Em sua 9ª/2020 Reunião Ordinária, o Conselho de Administração deliberou pela constituição de uma força-tarefa incumbida de conduzir uma apuração preliminar das alegações e acompanhar os desdobramentos da Operação Ductos e, em dezembro de 2020, a Equipe de Investigação foi contratada para conduzir investigação forense independente sobre as alegações relacionadas à “Operação Ductos”, sob coordenação da CEI. As atividades da força-tarefa e da Equipe de Investigação estão sendo conduzidas de forma paralela, com escopos e prazos distintos, mas com interações entre as duas equipes.

Andamento das Atividades:

Os trabalhos de investigação forense independente para apuração das alegações relacionadas às Operações acima, encontram-se em andamento e seguem sendo acompanhados pela CEI e pelo auditor externo da Companhia e até a data da publicação destas informações contábeis intermediárias, os trabalhos estão dentro do cronograma previsto.

A Administração da Sanepar seguirá aplicando seus melhores esforços para apoiar os trabalhos da investigação interna independente conduzida pela Equipe de Investigação e CEI no que diz respeito às operações mencionadas acima, bem como comunicará o mercado sobre quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

31. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Em 11 de março de 2021 completou um ano desde que a Organização Mundial da Saúde – OMS classificou a covid-19 como pandemia mundial. Atualmente o Brasil enfrenta o pior momento desde o aparecimento da doença. Por outro lado, o início da vacinação, em meados de janeiro deste ano, trouxe a esperança da redução no número de casos e de mortes pela doença. A medida em que ocorre o avanço da imunização, aumenta a expectativa da retomada econômica no país. A experiência mundial mostrou que as ferramentas mais eficientes no combate à doença são o isolamento social, o uso de máscaras, a higienização das mãos e a vacinação em massa. Com o avanço da imunização, as outras medidas de contenção da doença poderão ser afrouxadas, principalmente às relacionadas ao isolamento social, o que permitirá a liberação gradual das atividades econômicas, que ainda permanecem bastante restringidas.

Dentro deste contexto, a Sanepar, que presta serviços de Saneamento Ambiental, considerado como “serviço essencial”, manteve suas atividades em operação. Foram seguidos todos os protocolos de prevenção, orientados pelas autoridades sanitárias, o que reafirma o compromisso da Companhia em contribuir com a melhoria na qualidade de vida da população atendida nos municípios em que atua.

Notas Explicativas

A Companhia entende não haver riscos na continuidade de sua operação, contudo, apresenta a seguir a análise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do coronavírus:

- **Receitas, custos, contas a receber e fluxos de caixa:** Por se tratar de serviços essenciais, as receitas do setor de saneamento foram menos impactadas pelos efeitos da pandemia, em relação aos outros segmentos. Contudo, o fluxo de caixa operacional foi afetado por um aumento da inadimplência e prorrogação temporária do vencimento das contas de água e esgoto, para consumidores de baixa renda. Complementando os Fatos Relevantes de 23 de março, 24 de junho, 21 de setembro e 15 de dezembro de 2020, e dando continuidade às ações implementadas para minimizar os impactos à população ocasionados pela pandemia, a Companhia publicou novo Fato Relevante, em 15 de março de 2021, informando sobre o adiamento da cobrança das contas de água e esgoto, para os clientes cadastrados na Tarifa Social. A medida é válida pelo período de 90 dias, a partir de 20 de março de 2021. No primeiro trimestre deste ano, o faturamento médio mensal da Tarifa Social foi de R\$3,3 milhões, e foram atendidas em média 198.693 mil economias de água e 138.479 mil de esgoto.

Além disso, foram mantidas as leis que restringem o corte do fornecimento de serviços para determinadas categorias de consumidores, durante situações de emergência, como no caso da COVID-19, o que corroborou para o aumento no índice de inadimplência, pelo aumento de contas a receber de clientes, trazendo impacto à liquidez da Companhia.

Após o início do período de quarentena, a partir do dia 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando a arrecadação e a inadimplência e, considerando a melhor estimativa para o momento, constituiu provisão para perdas esperadas de contas a receber no montante de R\$13,1 milhões.

Sob o aspecto de custos, principalmente os relacionados as aquisições de produtos químicos importados, dado as taxas de câmbio atuais, a Companhia não espera aumento relevante dos custos, uma vez que determinados produtos tendem a ter o custo reduzido pela diminuição da demanda, compensando assim eventuais variações desfavoráveis da taxa de câmbio.

- **Empréstimos e Financiamentos:** A Companhia possui contratos de Financiamentos, com a CAIXA, Sistema BNDES e KfW, além de emissões de debêntures públicas e privadas. Não houve repactuações das taxas de juros referentes a estes contratos e não se espera alterações nas condições já contratadas. Durante o ano de 2021, a Companhia recebeu desembolsos no montante de R\$563,6 milhões, sendo R\$500 milhões referentes à 11^a emissão de debêntures incentivadas, e R\$63,6 milhões de recursos liberados pela CAIXA.
- **Arrendamentos:** A Companhia possui (i) contrato de locação de ativos com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos, os quais serão de propriedade da Companhia no final do contrato; (ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os benefícios dos bens permanecerá com o arrendador. Não houve nenhuma alteração nos termos e condições dos contratos.
- **A Administração avaliou os impactos nos benefícios aos empregados e nas obrigações da Companhia.** Neste Exercício, apesar da grande incerteza no mercado financeiro e dos impactos no cenário da saúde, considerando as melhores informações disponíveis, não identificou ajuste a ser realizado no registro das provisões decorrentes dos Planos de Aposentadoria e de Assistência Médica, além daqueles suportados por cálculo atuarial demonstrado na Nota Explicativa nº 19.
- **Adicionalmente, a Administração avaliou e concluiu que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus Ativos, vinculados às Concessões e Ativos de Direito de Uso, no encerramento do 1º trimestre de 2021, além daqueles demonstrado na Nota Explicativa nº 13.**

Notas Explicativas

No que se refere a seus profissionais e clientes, a Companhia tem adotado as seguintes diretrizes preventivas, em alinhamento com as recomendações do Ministério da Saúde e as legislações locais:

- Isolamento domiciliar conforme prescrição médica para empregados com suspeita de infecção ou que tenham tido contato com pessoa sintomática ou infectada;
- Regime de trabalho remoto para os empregados acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, respiratórias, imunocomprometidos, em tratamento de câncer e para gestantes e lactantes;
- Nas atividades administrativas deve ser priorizada a substituição do regime de trabalho presencial para o teletrabalho, quando possível, de modo a reduzir o número de pessoas nas dependências da companhia, e ao mesmo tempo, evitar aglomerações no sistema de transporte e vias públicas;
- O atendimento nas centrais de relacionamento segue os critérios e definições em documento divulgado às Gerências Gerais, Gerências Regionais e Coordenações de Clientes, de acordo com as denominações de restrição determinadas pelas autoridades locais dos municípios onde a Sanepar atua.

A Companhia continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Agência Reguladora do Paraná (Agepar), homologou em 14 de abril de 2021, através da Reunião Extraordinária nº 012/2021, o resultado da 1ª Fase da 2ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da Sanepar, definindo o valor de R\$ 5,6675/m³ a ser aplicado nas Contas de Água e Esgoto 30 dias após a publicação da Resolução sobre este tema pela Agência, o que representa um aumento de 5,7701% em relação à tarifa base considerada de R\$ 5,3583/ m³. Em 15 de abril de 2021 foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná a Resolução Homologatória 15/2021, definindo o início da nova tarifa para 17/05/2021.

Em 04/05/2021, foi publicado o Decreto nº 7554, reconhecendo a situação de emergência hídrica nas regiões metropolitana de Curitiba e Sudoeste do Estado do Paraná, tendo em vista a redução do volume disponível para captação. O referido Decreto autoriza a Companhia a adotar como ação mitigadora rodízio de 24 (vinte e quatro) horas considerado da interrupção até a retomada do abastecimento, com prazo de normalização de até mais 24 (vinte e quatro) horas. Tais limites podem ser extrapolados em situações emergenciais de manutenção ou decorrentes de casos fortuito e força maior, devendo ser comunicadas para a população e órgãos de fiscalização. O decreto vigorará pelo prazo de 90 dias, podendo ser revisto a qualquer momento, a depender da evolução da situação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigação interna independente em andamento (Operações "Rádio Patrulha", "Integração" e "Águas Claras")

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 30 às informações contábeis intermediárias, o Conselho de Administração da Companhia em agosto de 2019 ratificou a criação da Comissão Externa de Investigação - CEI e em agosto de 2019 elegeu os membros da CEI, para coordenar investigações com o propósito de prestar esclarecimentos sobre as investigações no âmbito das operações "Rádio Patrulha" e "Integração". Posteriormente, em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação "Águas Claras" e a inclusão da operação "Ductos", esta última iniciada em julho de 2020 pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Paraná. Em novembro de 2020, o Conselho de Administração deliberou sobre a contratação da CEI, para as operações "Águas Claras" e "Ductos" e efetivou as contratações em dezembro de 2020 da CEI e dos Investigadores forense. As investigações internas, que estão sendo acompanhadas pela CEI, foram concluídas em relação às operações "Rádio Patrulha" e "Integração", para as quais não foram apurados impactos financeiros ou contábeis, e com relação às operações "Águas Claras" e "Ductos" estão em fase inicial de planejamento e, neste momento, não é possível prever desdobramentos futuros para a Companhia decorrentes dessas investigações, tampouco não há conhecimento sobre desdobramentos pelo lado das autoridades públicas. Nossa conclusão não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 – S – PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 31 de março de 2021.

Curitiba, 26 de Abril de 2021.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 31 de março de 2021.

Curitiba, 13 de Maio de 2021.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social